REMINISCÊNCIAS

(entre outras lembranças, o meu único, modesto, contato com a “Comunidade de Informações”)

HELIO LEONCIO MARTINS
Vice-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

O após-guerra
Em batimetria no Alto Paraná
Costumes e jeitos locais
“Embarcado” no EMFA – em informações

O APÓS-GUERRA

Terminada a Guerra, não sei se por política ou coincidência, foram nomeados instrutores da Escola Naval oficiais que haviam participado efetivamente das operações, entre eles eu. E minha carreira começou a se relacionar quase que exclusivamente com o ensino, como docente ou discente: dois anos na Escola Naval; depois, ano e meio na US Navy, como aluno da General Line School e embarcado em

cruzadores. De volta ao Brasil, coube-me transformar o falecido Centro de Instrução Anti-Submarinos (Citas) no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (Camaleão). Em seguida, um embarque e três anos como aluno e instrutor da Escola de Guerra Naval.

Com saudade de exercer uma atividade executiva, de preferência hidrográfica, queria também me afastar do envolvimento da Marinha na política depois do suicídio de Getúlio Vargas. Isso porque, a contragosto-

to, fiz parte dos acontecimentos anteriores à morte daquele Presidente, ao apresentar moção em assembleia-geral do Clube Naval traduzindo atitude da classe contra a situação da qual resultara o assassinato de um major da Aeronáutica com tiro destinado ao polêmico político Carlos Lacerda.

Isso fez, então, com que me interessasse por um trabalho que instituição interestadual – a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai – solicitara à Marinha: a batimetria do Alto Paraná, entre as quedas de Urubupungá e as hoje desaparecidas Sete Quedas.

EM BATIMETRIA NO ALTO PARANÁ

Foram dois anos e meio de vida rude, primitiva, tendo como base flutuante e moradia um “gaiola” propulsado por roda na popa, máquina a vapor com cilindros horizontais, queimando lenha, algo mais velho que um século. E, ainda mais, assaltado por revoadas de mosquitos vorazes. Embora fosse uma tarefa da Marinha, de acordo com o convênio estabelecido esta teria o mínimo de despesa. Só levei comigo um tenente hidrógrafo, um sargento que cuidava do material e um marinheiro de eletrônica, a cargo dos ecobatímetros. Para o resto contava com a mão-de-obra local, rude como o ambiente, mas que, depois de devidamente doutrinado, deu muito boa conta de suas tarefas.

Costumes e jeitos locais

Tive, naturalmente, que aceitar os costumes e os “jeitos” locais. Fui uma primeira vez a Presidente Epitácio, o porto sede da Companhia de Navegação do Rio da Prata, que nos apoiaria logisticamente, para termos uma idéia do que iríamos precisar. Depois voltei já com algum material e para as providências iniciais. Em um bar do vilarejo

freqüentado pelos funcionários da Bacia do Prata, fui ter contato, em torno de um ordinarríssimo “conhaque” Palhinha, com os pilotos do rio, dos quais com certeza iria precisar. Um deles foi muito franco. Referindo-se a tentativas anteriores de “levantar” o rio, disse o que achava da nova iniciativa: “O senhor pelo menos tem vantagem sobre os outros; foi o único que voltou”. Ao finalizar o trabalho, fiz-lhe presente do álbum resultante, de 40 cartas, com uma simples dedicatória: “Voltei e fiz”.

E encontraria algo extraordinário em relação à legislação adotada localmente, ao arrepio dos princípios jurídicos. Passava e atracava comumente em uma fazenda chamada Morumbi, sendo cordialmente recebido pelos donos, o que não combinava com o aspecto aterrorizante destes – sempre com duas pistolas na cintura, e um deles usando venda em olho cego, o que o fazia parecer mais perigoso do que de fato eram ambos, respeitados matadores. Digo respeitados porque, naquele ambiente primitivo, um assassino podia ser aceito com respeito, pois seria perigoso apenas para uma vítima, que teria incorrido em sua indignação, por ciúmes, atentado ao que julgava sua honra, ou o que fosse. Mas a ira seria dirigida somente contra uma pessoa, ou, pelo menos, contra uma pessoa de cada vez. Já o ladrão atuava em todas as direções, sem ter sido comandado por motivo especial, exclusivamente pela vontade de se apropriar da propriedade do próximo, que era sagrada. Então raras vezes o ladrão poderia ser reincidente, pois desapareceria antes (no caso do roubo com assassinato, o roubo tinha prioridade na punição...). O resultado dessa “enérgica” legislação foi praticamente não haver roubos. Na falta de bancos locais, eu mantinha o numerário de custeio em uma gaveta sem chave, em um camarote sem porta, em um navio aberto a todos. Nunca faltou um centavo.

Um dos raros roubos acontecidos, do qual tomei conhecimento, mostrou-me como funcionava a jurisprudência local. Chegando à cidadezinha de Guaíra, junto às Sete Quedas, soube que um peão da Fazenda Morumbi atrevera-se a roubar uma canoa com motor de popa (possivelmente era novo na região...). Descera o rio, o motor enguiçara e, para não ser tragado pela cachoeira, arribou a Guaíra e foi preso. Informaram-me que o delegado decidira mandá-lo de volta para seus patrões. Como “agente federal”, julguei que deveria intervir ante aquele absurdo jurídico. Chamei o delegado e fiz-lhe ver que sua decisão contrariava qualquer determinação legal, mormente sabendo-se qual seria o destino do ladrão.

A atitude do delegado foi delicada, concordando com minha duvidosa superioridade hierárquica. Mas era seguro na argumentação, e, pelos seus olhos, vi que se estava divertindo a minha custa. Disse ele: “O senhor me desculpe, mas creio que ainda não se integrou neste fim do mundo. Nada posso fazer no caso por diversas razões. Em primeiro lugar, vou processar quem? Ele não sabe se seu nome é João ou Juan. Nem onde nasceu. Não tem um documento de registro civil. Legalmente não existe. Como vou processar alguém inexistente? Em segundo lugar, não tenho qualquer verba que custeie sua alimentação enquanto aguarda o processo. Mesmo agora, tem que sair por aí para conseguir um almoço. Por fim, indispôs-se com outros presos porque roubou a calça de um deles. Não sei o que fazer com ele. Quanto ao seu destino, falei com os donos da Morumbi, e eles prometeram não matá-lo. Vão lhe dar uma sova para aprender a não roubar, e trabalhará como escravo até pagar a canoa e o motor. Depois mandam-no embora”. Aprendi a lição.

Enquanto isso, no Rio as engrenagens revolucionárias e contra-revolucionárias

continuavam a girar. Indo até a foz do Rio Paranapanema para encontrar o gaiola da carreira até Guaíra, que me supria com carne verde e jornais, o piloto informou-me: “Parece que a coisa está preta pelo Rio. Em dois dias tivemos três presidentes!” Realmente achei que era um recorde, mesmo para a América do Sul. No primeiro avião disponível, voei para o Rio. Não fazia idéia do que encontraria. De fato a situação era confusa. O Marechal Lott jogara a espada no meio da refrega, garantindo a posse de Juscelino, com o brado enigmático de que “reconstituía as condições constitucionais vigentes”. Na Marinha, havia os que embarcaram no Cruzador *Barroso*, que se prontificava para sair; e os que saíram no Cruzador *Tamandaré*, que queriam manter as “condições constitucionais vigentes”. Achei que devia me definir. Fi-lo pelo lado perdedor. Fui mantido no “exílio” do Alto Paraná. Quando encerrados os trabalhos, o Alto Paraná foi substituído pelo EMFA.

“EMBARCADO” NO EMFA – EM INFORMAÇÕES

Em 1957 fui “exilado” para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Parece estranho, mas foi o que aconteceu, o que não era incomum na época. Oficiais que tinham os ventos soprando contra, a Marinha livrava-se deles por algum tempo internando-os no EMFA. A FAB, creio que fazia a mesma coisa. O Exército levava a instituição a sério, a fim de manter posição preponderante nas Forças Armadas, o que pouco conseguia, pois as interferências do EMFA nas forças singulares eram restritas.

“Embarcado” no EMFA, fui designado para a Segunda Seção – de Informações, assunto do qual tinha pouco ou nenhum conhecimento. Decidi ler o arquivo, procurando alguma matéria de interesse. No meio de uma profusão de informes, os quais eu

não compreendia por que estavam lá, encontrei uma série de notícias relativas à nossa vizinha Venezuela que me chamaram a atenção, e sobre as quais decidi apurar outros detalhes. Daí nasceu meu único, e modesto, contato com a “Comunidade de Informações”. Não o considero especialmente importante, mas com suas conclusões aceitas pela Seção de Operações e levadas adiante, creio que elas merecem ser incluídas nestas reminiscências, com a veracidade permitida pela memória de meio século.

Tratava-se de um centro histórico, ou coisa parecida, em Caracas, no qual, apoiando-se no fato indiscutível de que as nações ibero-americanas haviam incorporado o que pertencia ao Império espanhol nas Américas, debatia-se, com palestras, jornais e panfletos, sobre o território ao norte do Rio Amazonas, espanhol de acordo com o Tratado de Tordesilhas, mas a cuja posse o expansionismo português adiantou-se sobre a ocupação espanhola. Mas chegara a ter um nome, Nova Andaluzia, e poderia ter sido parte da Colômbia e da Venezuela. Não parecia haver conotação política nos debates, apenas especulações históricas. Mas, além disso, o *caudillo* vigente, um Senhor, ou Coronel, André Perez, ditador explícito, não tomara o poder graças a votos populistas demagógicos, mas pelo apoio das Forças Armadas. E estas gozavam de extensos privilégios, incluindo um plano de rearmamento considerável. Tinha-se notícia das compras para o Exército e a Aeronáutica. Quanto à Marinha, havia um Programa Naval, mas do qual só haviam se concretizado as aquisições de alguns contratorpedeiros na Itália. Entretanto, uma fotografia de autoridades navais, tendo ao fundo grande placa de bronze, permitiu que ele fosse descoberto. Em alto relevo, clareado por meio de uma lupa, revelou-se o projeto de aquisições: além dos contratorpedeiros já existentes,

cruzadores (que a Venezuela não possuía) e até um navio-aeródromo. Outra descoberta referiu-se à construção de estradas em direção à fronteira brasileira.

Essa variedade de informes já permitiria estabelecer um quadro informativo. Só não sabia qual seu grau de importância. Eu havia firmado boa amizade com o então Coronel Malan D’Angrogne, da Seção de Operações, um excelente oficial e excelente pessoa, o elemento de maior prestígio no EMFA. Fui conversar com ele a respeito dos achados. Concluímos desde logo que o quadro não representava perigo imediato. As especulações históricas dificilmente transformar-se-iam em atitude política, sendo inexequíveis pelo seu absurdo. O armamento seria mais para satisfazer os militares e aumentar a força interna que garantia o Poder.

Entretanto, à vista da instabilidade política de nosso vizinho, poderia aparecer um “salvador da Pátria” que, por interesses internos, quisesse fazer renascer o problema a fim de criar “brios patrióticos”. Valeria a pena, com medidas administrativas, pacíficas, estabelecer limites além dos quais quaisquer avanços indesejáveis criariam incidentes que os fizessem parar. E foi proposta às forças singulares a instalação de uma Agência da Capitania dos Portos no Cassiquiare (canal bem profundo que liga as bacias do Orenoco e do Amazonas), dois pelotões de fronteira e um campo de aviação guarnecido para reabastecimento. Seriam medidas úteis e necessárias em qualquer circunstância, como salvaguarda da soberania territorial.

Não me recordo se tais providências foram efetivadas imediatamente, pois outra atividade do EMFA nos solicitou (também o rearmamento venezuelano não continuou, creio que devido à queda do Sr. Perez na vala comum dos ditadores, nem se ouviu falar na Nova Andaluzia). Ao mes-